



***ANÁLISE DOS GRUPOS DE PESQUISA CADASTRADOS NA  
PLATAFORMA LATTES DO CNPq COM PRODUÇÃO CIENTÍFICA  
RELACIONADA COM A TRANSGENERIDADE***

***ANÁLISIS DE LOS GRUPOS DE INVESTIGACIÓN REGISTRADOS EN  
LA PLATAFORMA CNPq LATTES CON PRODUCCIÓN CIENTÍFICA  
RELACIONADA CON LA TRANSGENERIDAD***

***ANALYSIS OF RESEARCH GROUPS REGISTERED ON CNPq LATTES  
PLATFORM WITH SCIENTIFIC PRODUCTION RELATED TO A  
TRANSGENERITY***

*Luis Felipe Hatje*<sup>1</sup>

*Lara Torrada Pereira*<sup>2</sup>

*Marcus Vinícius Tams da Silva*<sup>3</sup>

**RESUMO**

Essa pesquisa teve o objetivo de mapear os grupos de pesquisa registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que discutem questões relacionadas com a transgeneridade e a produção científica vinculada ao líder do Grupo. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um levantamento de dados sobre grupos de pesquisa do Brasil cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq e, para a obtenção de dados complementares, sobre a produção científica dos líderes, utilizou-se a Plataforma Lattes da mesma agência. Para a análise dos dados, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo. Por meio de levantamento de dados, foram identificados 29 grupos,

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

3 Acadêmico do quarto ano do curso de Medicina. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

distribuídos por 22 instituições em todas as regiões do país, sendo 21 públicas e 01 particular. Através dos dados obtidos, verificou-se que a maioria dos grupos se concentra nas áreas das humanas (62%) e nas áreas da saúde (21%).

**PALAVRAS-CHAVE:** Transgênero. Grupos de Pesquisa. Plataforma Lattes. Pesquisa Científica.

## RESUMEN

Esta investigación tuvo el objetivo de mapear los grupos de investigación registrados en el Directorio de Grupos de Investigación del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq) que discutan cuestiones relacionadas con la transgeneración y la producción científica vinculada al líder del Grupo. Para el desarrollo de la investigación se realizó un levantamiento de datos sobre grupos de investigación de Brasil registrados en el Directorio de los Grupos de Investigación CNPq y para la obtención de datos complementarios sobre la producción científica de los líderes utilizamos la Plataforma Lattes de la misma agencia. Para el análisis de los datos se utilizó la metodología de análisis de contenido. Por medio de levantamiento de datos, fueron identificados 29 grupos, distribuidos por 22 instituciones en todas las regiones del país, siendo 21 públicas y 01 particular. Por medio de los datos obtenidos, se verificó que la mayoría de los grupos se concentran en áreas de las humanas (62%) y áreas de la salud (21%).

**PALABRAS-CLAVE:** Transgênero. Grupos de Investigación. Plataforma Lattes. Investigación científica.

## ABSTRACT

This research aimed to map the research groups registered in the Directory of Research Groups of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) to discuss issues related to transgeneration and scientific production linked to the Group leader. For the development of the research was carried out a survey of data on Brazilian research groups registered in the Directory of CNPq Research Groups and, in order to obtain complementary data on the scientific production of leaders, we used the Lattes Platform of the same agency. For the analysis of the data the methodology of content analysis was used. Through data collection, 29 groups were identified, distributed by 22 institutions in all regions of the country, of which 21 were public and 1 were private. Through the data obtained, it was verified that the majority of the groups are concentrated in areas of human (62%) and health areas (21%).

**KEYWORDS:** Transgender. Research Groups. Platform Lattes. Scientific research.

\* \* \*

## Introdução

O conhecimento é elemento fundamental na construção e no desenvolvimento da humanidade. A educação é um “processo mediante o qual o conhecimento se produz, se reproduz, se conserva, se sistematiza, se organiza, se transmite e se universaliza” (SEVERINO, 2002, p. 122). Nesse sentido, a educação universitária é um campo extremamente potente para a transmissão e produção de conhecimento.

Como forma de organização e de estrutura para o seu desempenho, as instituições de Educação Superior brasileiras aliam suas atividades no tripé: ensino, pesquisa e extensão. O “exercício de tais funções é requerido como dado de excelência no ensino superior, fundamentalmente formado para a formação profissional à luz da apropriação e produção do conhecimento científico” (MARTINS, 2008, p. 1). Deste modo, a partir do seu rendimento, as universidades são responsáveis, hoje, por mais de 90% da produção científica do país, segundo Lígia Martins (2008) e, conseqüentemente, corrobora com o desenvolvimento cultural, social e tecnológico.

Este tripé funciona de modo indissociável, pois, no âmbito universitário, não há aprendizagem, ensino ou extensão de qualidade sem pesquisa, sem estudo científico. Com intuito de produzir pesquisas científicas, as universidades contam com diversos grupos de pesquisa, que se organizam em torno de uma ou mais linhas de pesquisa de uma área específica do conhecimento, são unidades compostas por profissionais vinculados à área de estudo que planejam e acompanham estudos e atividades de pesquisa (UFFES, 2018). Segundo informações do CNPQ, um grupo de pesquisa é

[...] definido como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças:

- cujo fundamento organizador dessa hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico;
- no qual existe envolvimento profissional e permanente com a atividade de pesquisa; (CNPQ, 2019)

Dessa forma, a finalidade dos grupos de pesquisa está diretamente relacionada com a produção do conhecimento. Nesse sentido, é possível visualizar que “[...] o conhecimento, enquanto processo de desvendamento do mundo [...] permite, conseqüentemente, a compreensão das diversas esferas articuladas na realidade e abre a possibilidade para sua transformação” (SARTÓRIO; et al, 2005, p. 27).

Nesse sentido, as universidades produzem e transmitem conhecimentos conseqüentes de estudos desenvolvidos a partir de uma demanda social. Para Saviani, a universidade “vai desenvolver exatamente aquelas pesquisas que a sociedade está requerendo, vai se preocupar em explorar aqueles problemas que são candentes à sociedade em que ela está inserida” (SAVIANI, 1984, p. 64-5).

Assim, apontamos as questões de gênero, pautando a transexualidade, como problemáticas emergentes na sociedade e, conseqüentemente, que devem estar presentes

nas pesquisas acadêmicas. Segundo Mello (2007), as universidades públicas brasileiras cada vez mais têm abrigado núcleos e grupos de pesquisa que reúnem professoras/es e estudantes interessados em produzir conhecimento voltado à construção de uma sociedade livre de preconceitos, no que diz respeito às questões de gênero.

Sobre as questões que envolvem a transexualidade<sup>4</sup>, é a partir de um saber médico e psicológico, que visava a produzir diferentes diagnósticos para os sujeitos transexuais, que os estudos e emergências em torno da transexualidade começam a surgir, em meados do século XX (BENTO, 2014a). Em contrapartida,

[...] foi necessária a organização das pessoas trans como sujeitos coletivos, com voz e força política e, ao mesmo tempo, a produção de outro corpo teórico que fosse capaz de se contrapor à suposta verdade científica que fundamentava a patologização. (Ibid, p. 50)

Assim, a partir desses diferentes aspectos referentes à transexualidade, essa passa a ser uma temática do âmbito universitário e um campo de estudo potente para as pesquisas. Essa pesquisa tem como objetivo realizar um mapeamento dos grupos de pesquisa registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, que realizam pesquisas sobre questões relacionadas com a transgeneridade e a produção científica vinculada ao líder do Grupo.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um levantamento de dados sobre grupos de pesquisa do Brasil cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq e, para a obtenção de dados complementares, sobre a produção científica dos líderes, utiliza-se Plataforma Lattes da mesma agência. Para a análise dos dados, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo.

Através do levantamento de dados de todos os grupos de pesquisa no Brasil, foram identificados 29 grupos, distribuídos por 22 instituições em todas as regiões do país, sendo 21 públicas e 01 particular. Concluiu-se, ainda, que a maioria dos grupos de pesquisa pertencem a instituições públicas e que a prevalência destes grupos está nas áreas das humanas (62%) e áreas da saúde (21%). Dessa forma, percebe-se que a maior concentração dos grupos realiza pesquisas voltadas a aspectos relacionados a direitos

<sup>4</sup> Tendo em vista que esta pesquisa pretende discorrer acerca da produção científica em torno da transgeneridade, são utilizados termos de diferentes perspectivas teóricas e/ou epistemológicas como “identidades trans”; “sujeitos transgêneros”; “transexualidade”; “transgeneridade”; “sujeitos trans”; “população trans”; “estudos transviados”; “discussões trans”, com o intuito de atingir os objetivos da pesquisa.

humanos, sociais e questões educacionais, sendo que as pesquisas na área da saúde ainda são recentes em grupos de pesquisa.

## 1. Discussões sobre transgeneridade

Ao iniciar as discussões trans, é importante compreender que o gênero é um elemento que integra a constituição dos sujeitos, a partir de diferentes contextos socioculturais. Os sujeitos, independente da sua identidade de gênero (cisgênero ou transgênero), a partir de suas histórias, constroem seus modos de vivenciar o gênero. Dessa forma, os sujeitos trans constituem suas identidades de gênero também interpelados por suas vivências sociais e culturais, não fazendo a correspondência de sexo e gênero, possibilitando um rompimento com a norma cisgênero binária de macho/homem e fêmea/mulher. Para Judith Butler,

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos (2017, p. 26).

Entender-se enquanto um sujeito trans passa por um processo de posicionamento identitário e, assim, por meio desse movimento, surge uma ampla variedade de denominações fundadas nas experiências de gênero de cada um. Assim, qualquer denominação ou conceito está sujeito a um processo identitário, considerando que cada indivíduo irá reconhecer-se a partir do seu contexto cultural e social (HATJE, 2018).

Contudo, apesar de as discussões acerca da transgeneridade estarem ganhando cada vez mais espaço e visibilidade em diferentes instâncias sociais, ainda é muito violenta e precária as condições de vida desses sujeitos na sociedade brasileira. O que os dados revelam é que o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas transexuais no mundo, sendo o responsável pela morte de 40 % da população trans mundial, resultando em uma expectativa de vida de cerca de 35 anos para pessoas trans (BRASIL, 2018). Além disso, também devem ser lembradas questões relacionadas à inserção social, familiar e trabalhista, que têm posicionado sujeitos trans em espaços de marginalização e total exclusão.

Dado o contexto, entende-se que as discussões trans precisam ocupar cada vez mais diferentes espaços sociais e de conhecimento. Apresentar e entender a construção e a existência dos sujeitos trans nas escolas, na política, nas mídias e nas universidades é uma possibilidade para diminuir as violências sobre esses sujeitos.

### 1.1 Discussões e produção de saber sobre transgeneridade

As discussões sobre a transgeneridade têm possibilitado a produção de um saber acerca das diversas formas de vivenciar as experiências de gênero. Nesse viés, os estudos têm garantido compreender as existências trans para além de um padrão único e fixo, considerando que possibilitam uma pluralidade e multiplicidade de apresentação e de produção realizada no transcorrer da história, bem como sobre as muitas influências políticas, sociais e dos saberes e poderes vigentes.

Os sujeitos trans “dissolvem a lógica causal entre sexo/gênero/orientação sexual e removem os lugares fixos de compreensão do universo masculino e feminino, atribuídos de forma essencializada” (PAMPLONA; DINIS, 2017). As discussões da transgeneridade e da construção de gênero possibilitam entender e respeitar a vivência de cada sujeito e suas identidades.

Entretanto, possibilitar discussões referentes ao gênero, que escapem da binaridade homem/mulher, e/ou problematizar outras formas de vivência da sexualidade, que se afastem das relações heterossexuais, é um processo complexo, pois, sobre o corpo, segundo Michel Foucault (2017), aplicam-se normas controladoras e reguladoras. Nesse sentido, os mecanismos de poder, que se organizam para manter a disciplina dos corpos (adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias), bem como para regular as populações (nascimento, longevidade, saúde, trabalho) (FOUCAULT, 2017), atribuem às discussões de gênero e sexualidade o mote de embate, pois, ao romper com padrões cisgênero, binário e heterossexual, mexe-se também nessa estrutura de controle e regulação dos indivíduos e da população.

Desse modo, diferentes áreas do conhecimento estabelecem saberes e normas, que visam garantir alguns padrões para adequar os sujeitos. Neste artigo, dá-se destaque para as questões de saúde e educação, ponderando em que lugar se encontram as discussões e os sujeitos trans.



### 1.1.1 Questões de Saúde da população trans

Dentre as principais demandas da população trans, estão aspectos relacionados com os atendimentos de saúde e o processo educacional. No campo da saúde, a vulnerabilidade social a que os sujeitos transgêneros estão submetidos pode ser exemplificada pelos alarmantes índices de violência e assassinatos sofridos e pelos agravos relativos à saúde mental, como depressão e tentativas de suicídio. O estigma e a discriminação representam um obstáculo ao acesso desse segmento social aos serviços de prevenção e cuidado (MONTEIRO, et. al. 2019).

Esse estigma e discriminação vêm de um processo histórico, e os caminhos percorridos pelas discussões trans dentro das áreas da saúde e das humanas, como medicina e psicologia, foram extremamente relevantes para a situação atual. Para Ângelo Costa (2017), é perverso o modo como esses campos de saber introduziram as discussões e as vivências de gênero e sexualidade em seus estudos e pesquisas. Segundo o autor, as variações de identidade de gênero e sexual apareceram pela primeira vez em 1948 como transtornos mentais na Classificação Internacional de Doenças (CID-6). Na edição seguinte (CID-7), em 1952, manteve-se tal classificação. No mesmo período, a Associação Norte-Americana de Psiquiatria, no seu primeiro manual (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-I), traz tudo o que considerava doença mental e “os desvios sexuais, dentre eles a homossexualidade e o transvestismo, também eram classificados como distúrbio de personalidade” (COSTA, 2017, p. 104).

Esse processo de demarcação de doença mental posicionou os sujeitos e as identidades de gênero e sexual, que rompiam com padrões heteronormativos, durante décadas, como patológicos. Foram as lutas de movimentos LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) que possibilitaram outro modo de ver e pensar as vivências desses sujeitos. Na década de 90, com a publicação da CID-10, do DSM-IV, transexualismo passa a ser classificado como transtorno de identidade de gênero (COSTA, 2017). Segundo o autor,

[...] a institucionalização do critério diagnóstico de transexualismo e, posteriormente, de transtorno de identidade de gênero foi libertadora tanto para as pessoas trans - uma vez que elas poderiam acessar mais facilmente os procedimentos de mudança corporal -, quanto para a clínica médica que não precisaria realizá-los de forma experimental ou clandestinamente (COSTA, 2017, p. 108).

Ao deixar de ser uma patologia a ser tratada, é entendida como parte da identidade do sujeito e possibilita que as alterações corporais possam ser atendidas pelas áreas da saúde. Com as mudanças nas classificações e diferentes mobilizações e estudos, o DSM-5, publicado em 2013, traz alterações em seu texto no que se refere a essa temática, despatologizando a identidade de gênero e classificado como disforia (mal-estar) de gênero (COSTA, 2017).

Em 2018, a Organização Mundial da Saúde (ONU) realizou a retirada da transgeneridade da lista de doenças mentais. Na nova versão da Classificação Internacional de Doenças, a CID-11, a transgeneridade passa a ser denominada com a expressão “incongruência de gênero”, e é deslocada do rol de desordens mentais do CID, para condições de saúde sexual. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a intenção é demonstrar que a transgeneridade não é mais classificada como uma desordem mental, considerando que isso pode levar a estigmas para as pessoas que são trans. No entanto, reconhece que essa população possui necessidades remanescentes de saúde significantes que podem ser melhor atingidas, caso a condição seja codificada dentro do CID (WHO, 2018).

Diante deste contexto, as pautas de direitos relacionados à cidadania destes sujeitos incluem as reivindicações por uma atenção integral em saúde e acesso aos serviços, livre de discriminação. Essas demandas vêm sendo construídas paralelamente aos esforços por consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e impulsionam debates acerca das implicações das desigualdades sociais no cuidado em saúde (MONTEIRO, et. al. 2019, p. 1).

Conforme Bento (2014b, p. 166), a mobilização pelo reconhecimento pleno de ativistas transgêneros já vem garantindo uma série de conquistas, como, por exemplo, as leis de identidade de gênero espanhola, argentina, uruguaia e inglesa, que normatizam as cirurgias de transgenitalização e a mudança nos documentos para as pessoas trans.

No Brasil, como resultado de diálogos e articulações entre o Governo Federal, ativistas, pesquisadores/as e representantes da sociedade civil organizada conquistaram para população trans algumas mudanças no âmbito das normas institucionais envolvendo o segmento da saúde (MONTEIRO, et. al. 2019).

O Governo Federal, por meio das Portarias nº 1.707 e nº 457, de agosto de 2008, e ampliado pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, possibilita o Processo Transexualizador realizado através SUS, que passa a garantir o atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços do



SUS, desde o uso do nome social, passando pelo acesso à hormonioterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social (BRASIL, 2013).

Por meio da Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, a linha de cuidado da atenção aos usuários e usuárias, com demanda para a realização das ações no Processo Transexualizador, é estruturada pelos seguintes componentes: a) Atenção Básica: é a porta de entrada prioritária dos usuários na rede, além de ser o componente da Rede de Atenção à Saúde (RAS), responsável pela coordenação do cuidado e por realizar a atenção contínua da população que está sob sua responsabilidade; b) Atenção Especializada: é um conjunto de diversos pontos de atenção, com diferentes densidades tecnológicas, para a realização de serviços de urgência, ambulatorial especializado e hospitalar, apoiando e complementando os serviços da atenção básica de forma resolutiva e em tempo oportuno (BRASIL, 2013).

Entretanto, ainda que exista regulamentação e alguns hospitais credenciados para realizar o tratamento de pessoas trans, o atendimento ainda é bastante limitado, tendo em vista que as pessoas trans passam por um processo de espera de atendimento especializado, que demora alguns anos. Além das questões de saúde, outra demanda desta população diz respeito ao acesso à educação.

### **1.1.2 Questões Educacionais da população trans**

Para que as questões trans estejam cada vez mais em pauta, é fundamental que haja compreensão sobre o modo como os sujeitos produzem as suas identidades. Segundo Angelo Costa, “o esforço da pesquisa contemporânea tem sido o de ampliar o conceito de gênero de forma que dê conta da experiência tanto das pessoas cis quanto das pessoas trans” (2017, p. 110). Portanto, este entendimento de que todos os sujeitos produzem o gênero é fundamental para compreender as diversidades e multiplicidades das identidades de gênero.

O espaço escolar é entendido como potente para essas pautas, pois é um espaço sexualizado e generificado, que reproduz padrões heteronormativos. Justamente por isso, os enfrentamentos para abordar essas temáticas são muitos, pois há diferentes relações de poder que buscam proibir e coibir essas temáticas nos currículos. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2009), o próprio currículo é implicado em processos de regulação e de governamento da conduta humana.

As narrativas contidas no currículo, explícita ou implicitamente, corporificam noções particulares sobre conhecimento, sobre formas de organização da sociedade, sobre os diferentes grupos sociais. Elas dizem qual conhecimento é legítimo e qual é ilegítimo, quais formas de conhecer são válidas e quais não o são, o que é certo e o que é errado, o que é moral e o que é imoral, o que é bom e o que é mal, o que é belo e o que é feio, quais vozes são autorizadas e quais não são. As narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação (SILVA, 2009, p. 195).

Essa organização do currículo, que legitima verdades, que mantem normas e padrões e que posiciona diferentes grupos sociais, como mais ou menos adequado para se viver, reforça a exclusão de pessoas transgênero. Uma sociedade e um currículo que validam padrões tradicionais, veem nos sujeitos trans corpos que

[...] perturbam a ordem do discurso sobre a orientação sexual considerada modelo padrão. Na relação que estabelecem com a comunidade escolar, perdas significativas enredam suas cidadanias e fortalecem nelas, o pensamento de que não fazem parte daquele contexto, porque não se submeteu às determinações e cobranças sociais para os corpos sexuais” (SILVA; et al, 2017, p. 28).

Assim, a escola configura-se como um espaço de opressão, preconceito e discriminação, que envolve de forma violenta os sujeitos transgêneros, e, nesse contexto, verifica-se que há um movimento de expulsão das pessoas trans do ambiente da escola. Desse modo, esses sujeitos expulsos da educação básica têm que espaço no ensino superior? As discussões trans ocupam as universidades?

A universidade é conhecida como um espaço não pertencente à comunidade trans, justamente por serem sujeitos excluídos do processo padrão de educação pública, pois a escola “reitera identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades” (LOURO, 2000, p. 16). Sendo assim, para pensar em discussões trans na universidade, foi fundamental mencionar esse funcionamento regido por relações de poder, que contribuem para a evasão, ou expulsão, desses sujeitos do espaço da educação básica.

Deste modo, possibilitar que as discussões e problematizações vinculadas à transexualidade, assim como os próprios sujeitos trans estejam presentes no espaço

universitário, é uma batalha, um movimento de luta e rompimento da norma. Nesse sentido, Berenice Bento (2014a) afirma:

A disputa que os estudos transviados estão realizando com outros saberes instituídos em torno das sexualidades, gêneros e dimensões raciais, tem como efeito invadir áreas do conhecimento antes tidas como as verdadeiras porta-vozes de determinadas esferas da vida. O processo de desnaturalização das identidades de gênero e das práticas sexuais que está em curso realiza-se mediante pesquisas históricas e conjunturais a partir de múltiplos recortes temáticos e de técnicas de pesquisa (p. 48).

Assim, a autora expõe que há um movimento para introduzir as discussões trans em diferentes áreas que insiram e produzam saberes em relação às identidades trans, podendo estar as discussões presentes e suscitando questionamentos em diferentes esferas do conhecimento, do ensino e das pesquisas. O espaço universitário, enquanto potente para a produção da ciência, busca no que emerge na sociedade produto de estudo.

[...] a pesquisa acaba assumindo uma tríplice dimensão. De um lado, tem uma dimensão epistemológica: a perspectiva do conhecimento. Conhece-se construindo o saber, praticando a significação dos objetos. De outro lado, assume uma dimensão pedagógica: a perspectiva decorrente de sua relação com a aprendizagem. Tem ainda uma dimensão social: a perspectiva da extensão. O conhecimento se legitima pela mediação da intencionalidade da existência histórico-social dos homens. É a única ferramenta de que o homem dispõe para melhorar sua existência. (SEVERINO, 2002 p. 122).

Desta forma, entende-se que a produção científica, através das pesquisas no âmbito universitário, é fundamental para o desenvolvimento humano. Tendo os grupos de pesquisa como função principal elaborar produções do que emerge na sociedade e produzir ciência, apresenta-se, a seguir, que caminhos foram percorridos em busca de produções no âmbito da questão trans, a partir dos grupos cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq.

## 2. Metodologia

A pesquisa pretende oferecer elementos para a compreensão da produção de conhecimento sobre a transgeneridade, por meio do mapeamento dos grupos de

pesquisa cadastrados na plataforma Lattes do *site* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que investigam essa temática.

Para o desenvolvimento da pesquisa, recorreu-se às bases de dados das agências que regulam e fomentam a pesquisa acadêmica no Brasil, sendo assim, para a delimitação do *corpus* de análise da pesquisa sobre a produção científica, relacionada com questões trans, realizou-se um levantamento de dados disponibilizados por grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e por seus líderes na Plataforma Lattes da mesma agência.

Os caminhos metodológicos para construção dos dados consistiram nos seguintes passos. Primeiro, o acesso ao Diretório dos Grupos de Pesquisa, no qual consta o item “Consulta na Base Corrente”. A pesquisa foi realizada no período entre janeiro e fevereiro de 2019. Na tela da Base Corrente, foi selecionada a opção Grupos, e inseridos os seguintes descritores: “Transexualidade”, “Travesti”, “Transgênero”, “Transgeneridade”, “Transexual”. Esse procedimento possibilitou a identificação dos grupos de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento que se relacionam com a temática trans.

Em uma primeira consulta, foram identificados 54 resultados. Sendo que para o descritor transexualidade, foram obtidos 15 grupos de pesquisa; com o descritor travesti foram encontrados 15 resultados; com a expressão transgênero foram encontrados 5 grupos de pesquisa; para transgeneridade foram encontrados 3 resultados; e com relação ao descritor transexual foram encontrados 16 grupos de pesquisa. Do total obtido, foram excluídos 25 grupos de pesquisa, pois os resultados apareceram em mais de um descritor.

Foram selecionados 29 grupos de pesquisa, que utilizam algum dos descritores utilizados em parte do nome do grupo e/ou na linha de pesquisa, ou em algum dos objetivos do grupo de pesquisa.

Selecionados os grupos de pesquisa que seriam objeto de análise, passou-se para a segunda etapa do processo, que consiste na análise do Currículo Lattes de cada um dos líderes dos grupos pesquisados, por meio do *site* da Plataforma Lattes (<http://www.lattes.cnpq.br>), a fim de investigar a existência da produção científica sobre transgeneridade pelos líderes dos grupos de pesquisa inscritos no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. A escolha em analisar apenas os Currículos Lattes dos líderes, justifica-se pelo fato de que, quando realizada a busca pelos grupos de pesquisa, a

página do CNPQ disponibilizou apenas o nome do líder e não dos seus demais integrantes.

Durante esse processo, realizou-se a leitura dos currículos Lattes dos líderes desses grupos, com o objetivo de verificar a inserção em pesquisas no tema. Para a análise da produção científica, observou-se os artigos, projetos, orientações, participações em bancas, apresentações de trabalhos e demais informações apresentadas no currículo, novamente com os termos: “Transexualidade”, “Travesti”, “Transgênero”, “Transgeneridade”, “Transexual”.

Para a análise dos dados, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo, que busca, a partir de um conjunto de instrumentos, identificar os principais temas ou conceitos presentes em um material (texto, mensagem, narrativa, cartas, etc). Esse instrumento tem como finalidade

[...] explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o significado desse conteúdo, por meio de deduções lógicas e justificadas, tendo como referência sua origem (quem emitiu) e o contexto da mensagem ou os efeitos dessa mensagem (OLIVEIRA; et al, 2003, p. 3-4).

Nesta lógica, busca-se, a partir do material de dados, criar categorias que, a partir de determinados critérios, possibilitem uma ordem. As escolhas pelos critérios de classificação são relacionadas a aquilo que se quer verificar na análise. Segundo Oliveira et al (2003) o interesse não está na simples “descrição dos conteúdos, mesmo que esta seja a primeira etapa necessária, para se chegar à interpretação, mas em como os dados poderão contribuir para a construção do conhecimento após serem tratados” (2003, p. 4).

Desse modo, como classificação, definiu-se, *a priori*, as categorias supracitadas e usou-se a ferramenta do Excel 2018 para a construção e leitura dos dados, tabelas e gráficos. Para o agrupamento das áreas do conhecimento, adotou-se a tabela de áreas do conhecimento do CNPq<sup>5</sup>.

Como as informações disponibilizadas nos currículos são suscetíveis de alteração e podem não representar todas as atividades dos líderes, elas foram analisadas a partir do conjunto da atuação desses sujeitos na pesquisa. Salienta-se que, embora exista limitação para quantificar a respeito de toda a pesquisa desenvolvida nas

5 Tabela de áreas do conhecimento CNPq. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf/d192ff6b-3e0a-4074-a74d-c280521bd5f7>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

diferentes áreas do conhecimento, entendemos que os registros nesta base de dados evidenciam a pesquisa institucionalizada, sendo, portanto, objeto de análise contidas dentro desse limite.

Os resultados obtidos, por meio desta pesquisa, serão apresentados a seguir, de modo que proporcionem uma visão sobre o contexto no qual se inserem os grupos que pesquisam sobre transgeneridade, conforme a seguinte ordem: a) o universo dos grupos de pesquisa no Brasil, considerando todas as áreas do diretório e os totais para cada área da grande área do conhecimento; b) a apresentação das informações sobre os grupos que possuíam linhas de pesquisa sobre transgeneridade; c) a apresentação das informações sobre os líderes dos grupos que possuem produção científica sobre o tema da transgeneridade.

### 3. Resultados e Discussão

Com os dados coletados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do site do CNPq, foram obtidos 29 grupos de pesquisa, distribuídos em 22 instituições de ensino superior, sendo 21 públicas e 01 particular, conforme Tabela 1.

**TABELA 1:** Grupos de Pesquisa

INSTITUIÇÃO	GRUPO	LÍDER
Universidade Federal de Santa Catarina	Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades	Olga Regina Zigelli Garcia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	(co)Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão Transdisciplinares em Integralidade do cuidado em saúde e nutrição, gêneros e sexualidade – LABTRANS	Fran Demétrio
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Ciências na vida: Produção de conhecimento e articulações heterogêneas	Fabiola Rohden
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Direitos da Diversidade Sexual: Questões LGBTTIQ no Direito	Ana Lucia Sabadell



Universidade Estadual de Maringá	Dos aspectos controvertidos da bioética no direito	Valéria Silva Galdino Cardin
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	GEPALC - Gênero e Poder na América Latina e Caribe	Marcos de Jesus Oliveira
Universidade Federal do Amazonas	Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades - GESECS	Fátima Weiss de Jesus
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Grupo de Pesquisas Saúde Mental, Políticas Públicas de Saúde e Transgeneridades -	Helena Moraes Cortes
Universidade de São Paulo	Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde	Manoel Antônio dos Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades (LEGESEX)	Jonas Alves da Silva Junior
Universidade Federal da Bahia	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS)	Leandro Colling
Universidade Federal do Pará	Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas	Lucivaldo da Silva Araújo
Universidade Estadual do Piauí	Núcleo Permanente Interdisciplinar em Direitos Humanos	Esther Maria de Sa Castelo Branco
Universidade do Estado de Mato Grosso	SOU - Sociedade, Universidade e Cultura	Edna Luzia Almeida Sampaio
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Teorias Críticas dos Direitos Humanos	Vanessa Oliveira Batista Berner
Universidade Federal do Oeste da Bahia	Corpus Possíveis - Educação, Cultura e Diferenças	Fábio de Sousa Fernandes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	CULTIS - Núcleo de pesquisa em Cultura, Identidade e Subjetividade	Alessandra de Andrade Rinaldi
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Estudos da Homocultura	Luma Nogueira de Andrade

<b>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</b>	<b>Gênero, Religião e Política – GREPO</b>	<b>Maria José Fontelas Rosado Nunes</b>
Universidade Federal de Minas Gerais	Gênero, sexualidades, socialidades e subjetivações – Diversas	Anna Paula Vencato
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Grupo de Apoio Estatístico	Luciane de Souza Velasque
Universidade Federal de Mato Grosso	Grupo de Estudos e Pesquisa: Gênero, Identities e Sexualidades	Fabiana Morandi Jordão
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	LabQueer - Laboratório de estudos das relações de gênero, masculinidades e transgêneros	Fábio Henrique Lopes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	NEGRAS - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça e Saúde	Liliane de Jesus Bittencourt
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos – TIRÉSIAS	Carla Giovana Cabral
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Transgressões- Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias contemporâneas	Larissa Maués Pelúcio Silva
Universidade de Pernambuco	Grupo de Assistência, Pesquisa e Ensino em Psiquiatria	Antonio Medeiros Peregrino da Silva
Universidade Federal do Vale do São Francisco	Núcleo de Estudos em Farmácia Social (NEFarmS)	Deuzilane Muniz Nunes

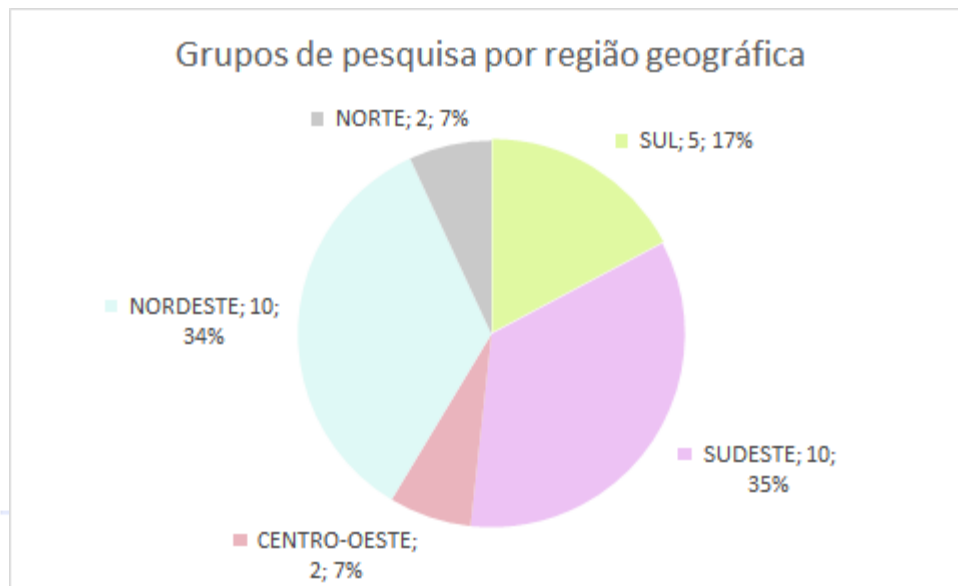
**Fonte:** Elaborada pelos/a autores/a. (Destaque para a universidade particular)

Com esse levantamento, percebe-se que praticamente não há produção científica em instituições privadas no Brasil sobre transexualidade. Esses resultados não são uma exclusividade da temática trans, mas é uma realidade brasileira sobre os demais outros temas de pesquisa. Segundo o estudo “Pesquisa no Brasil - Um relatório para a CAPES”, realizado pela empresa norte-americana Clarivate Analytics, a produção científica brasileira é feita quase exclusivamente dentro das instituições públicas de ensino. Neste estudo, observou-se que entre as 20 instituições que mais produziram

*papers* e que mais tiveram impacto estão 15 universidades federais e 5 universidades estaduais (APUFPR, 2018).

Quanto às regiões, pode-se observar que o maior número de grupos se encontra na região Sudeste (35%), seguido pela região Nordeste (34%), região Sul (17%). A região Norte e Centro-Oeste com 7% cada uma, conforme Figura 1.

**Figura 1:** Número de Grupos de Pesquisa por Região Geográfica



Fonte: Elaborada pelos/a autores/a.

A região Sudeste concentra a maior parte dos grupos de pesquisa, possivelmente porque é a região onde se concentra a maioria dos serviços de referência hospitalar para processo transexualizador, sendo que se concentram 6 das 10 instituições de referência: 1) Hospital das Clínicas, de Uberlândia (MG); 2) Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia, do Rio de Janeiro (RJ); 3) Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (RJ); 4) Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS, de São Paulo (SP); 5) Hospital de Clínicas, da Faculdade de Medicina da USP (SP); 6) Hospital Universitário Cassiano Antonio de Moraes, da Universidade Federal do Espírito Santo (ES). Todavia, a justificativa não se aplica à região Nordeste, considerando que nessa região existe apenas 1 centro de referência: Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Pernambuco - Recife (PE) (BRASIL, 2019).

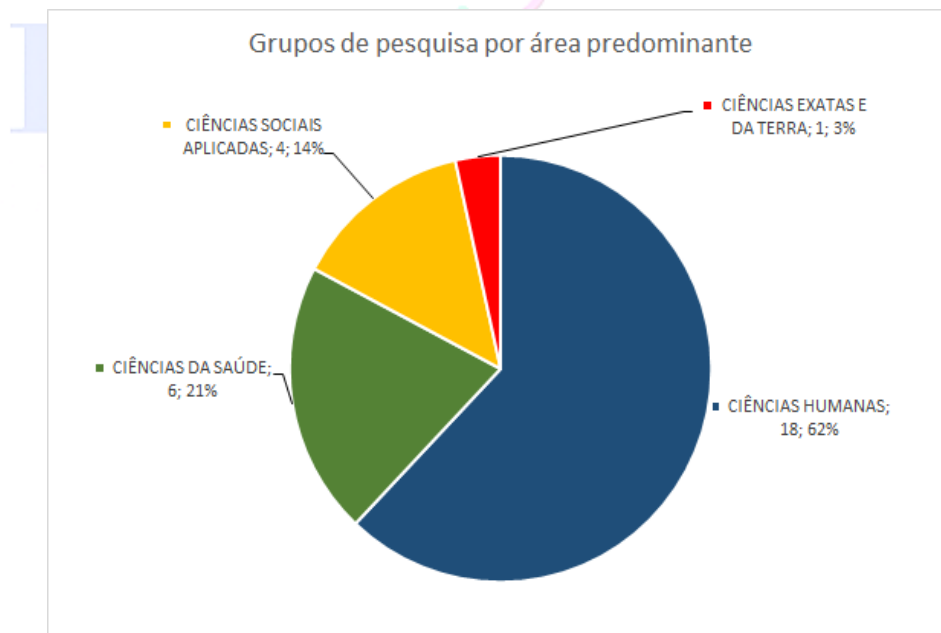
A Região Sul conta com duas instituições: 1) CRE Metropolitana, de Curitiba (PR); 2) Hospital de Clínicas de Porto Alegre, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS); já a região Centro-Oeste possui apenas um: Hospital das Clínicas de

Goiânia, da Universidade Federal de Goiás - Goiânia (GO) (BRASIL, 2019). O funcionamento desses estabelecimentos é um marco importante para as discussões trans, pois possibilita pensar de modo integral e interdisciplinar a saúde desses sujeitos.

Torna-se importante observar que, após a publicação do “Processo Transexualizador no SUS”, ocorreu um aumento nas discussões acerca do acesso/integralidade relacionado às travestis. Essa busca por problematizar o cuidado em saúde e os espaços ofertados para esse cuidado demonstra uma tentativa de se pensar para além da relação travesti-prostituição-HIV/aids (RAIMONDI et al, 2016, p. 140-141).

Portanto, pretende-se pensar o sujeito trans para além de alguns estereótipos, podendo a ciência em diferentes esferas direcionar um olhar a essa problemática. Com relação às áreas do conhecimento predominante, foi constatado que 18 pertencem às Ciências humanas (62%), 06 às Ciências da Saúde (21%), 04 às Ciências Sociais e Aplicadas (14%) e 01 às Ciências Exatas e da Terra (3%) (Figura 2).

**Figura 2:** Número de Grupos de Pesquisa por área do conhecimento



Fonte: Elaborada pelos/a autores/a.

O maior número de grupos de pesquisa na área das ciências humanas revela sua importância no sentido de servirem de subsídios para a elaboração de políticas públicas voltadas à população trans, além de servirem de argumentos teóricos para a legitimação dos direitos destas pessoas perante suas demandas jurídicas, bem como serem de fundamental importância no processo educacional em diferentes instâncias: escolas,

universidades e hospitais, possibilitando, por exemplo, a utilização do nome social, a igualdade de direitos e a luta contra a discriminação.

Na área das ciências humanas, a emergência de maiores estudos sobre a inserção e permanência de pessoas trans no cotidiano escolar é uma das constatações mais relevantes evidenciadas no estudo de Franco e Cicillini (2016). Para as/os autoras/es, em análise sobre pesquisas que envolvem questões trans e os espaços educativos, a maioria dos estudos demonstra que a escola é uma das principais instituições sociais que contribui para a reafirmação dos processos de vulnerabilidade e exclusão, portanto, “seu interior torna-se um espaço propício para a construção de conhecimento no que se refere ao reconhecimento das diferenças e a criação de estratégias teóricas, práticas e políticas que melhor se aproximam dos princípios da inclusão” (FRANCO; CICILLINI, 2016, p. 135).

Parte das pesquisas nas áreas da educação aborda questões sobre a escolaridade das pessoas trans e as relações de professoras trans com o ambiente escolar. A importância destas pesquisas são discussões urgentes, inclusive para embasar políticas públicas para a educação (AMARAL et al. 2014).

Com relação aos grupos nas áreas da saúde, constata-se que ainda há poucos grupos de estudos, o que vai de encontro com uma necessidade predominante dos sujeitos trans, os procedimentos de modificações corporais, bem-estar e reconhecimento da saúde trans.

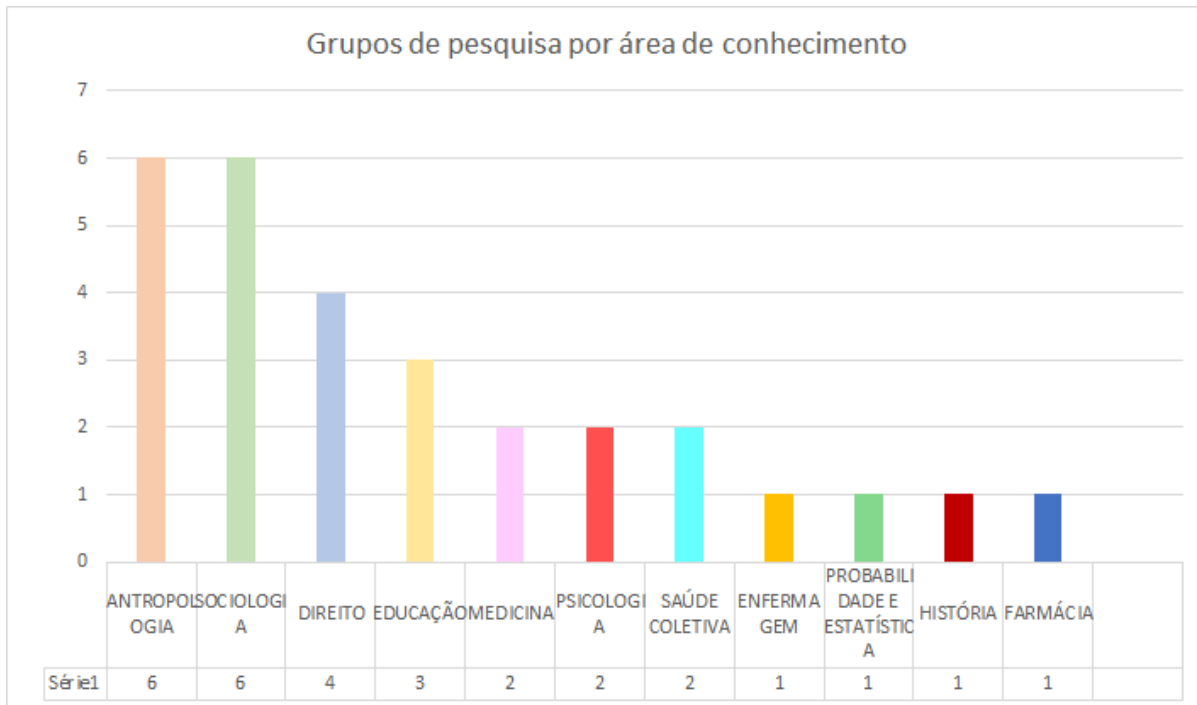
Conforme pesquisa realizada por Raimondi et al. (2016), com relação às questões médicas, essa temática aparece em pequeno número, e, quando existe, está relacionada a questões específicas como hormonioterapia, diagnóstico de “transexualismo” por neuroimagem, cirurgia de transgenitalização ou atendimento no campo da psicologia. Nestas pesquisas, verificam-se ainda, que todas essas discussões reverberam o uso do diagnóstico de “transexualismo” e sua implicação no discurso médico-jurídico (RAIMONDI et al., 2016).

As pesquisas nacionais sobre transexualidade oscilam entre a defesa de um diagnóstico que sustentaria a indicação da cirurgia e a necessidade de dialogar com as produções internacionais, no que se refere à defesa da autonomia das pessoas transexuais e ao questionamento do uso do diagnóstico a partir de uma análise marcada pelos estudos de gênero (RAIMONDI et al. (2016).

Quanto à divisão dos grupos de pesquisa por área do conhecimento específica, foram encontrados 06 grupos da área de Antropologia, 06 de Sociologia, 04 do Direito,

03 de Educação, 02 de Medicina, 02 de Psicologia 02 de Saúde Coletiva e os demais, Enfermagem, Probabilidade e Estatística, História e Farmácia com um grupo (Figura 3).

**Figura 3:** Número de Grupos de Pesquisa por área do conhecimento específica



Fonte: Elaborada pelos/a autores/a.

Importante ressaltar que, ainda que a área das ciências médicas tenha sido um dos primeiros campos do conhecimento a pesquisar e abordar as questões da transexualidade, numa compreensão patológica (COSTA, 2019), o que se obteve, a partir das buscas realizadas neste estudo, foi uma predominância de pesquisas na área de humanas. Essas outras áreas que estudam o indivíduo, não apenas a partir de um corpo, possibilitaram alguns questionamentos e vêm proporcionando um outro olhar para a constituição desses sujeitos trans.

Conforme Raimondi et al. (2016), as reflexões produzidas no campo das ciências humanas refletem sobre as práticas médicas, ou seja, as preocupações sobre um cuidado em saúde concentram-se na demanda da cirurgia de transgenitalização e ampliam-se para as questões que envolvem a autonomia do sujeito e a integralidade do cuidado.

Ao analisar as áreas das Ciências da Saúde, ficam restritos os grupos que estudam as necessidades ambulatoriais e hospitalares dos sujeitos trans. No caso da Medicina, há apenas 02 grupos discutindo: 1) Endocrinologia Molecular/Unid. Endocrinol.



Ginecológica do HCPA/RS - Líder: Poli Mara Spritzer; 2) Grupo de Assistência, Pesquisa e Ensino em Psiquiatria/PE - Líder: Antonio Medeiros Peregrino da Silva.

Segundo Raimondi et al. (2016), as produções sobre a transexualidade têm como espaço de pesquisa os serviços que ofereciam as cirurgias de transgenitalização. Entretanto, essas pesquisas foram realizadas por pesquisadores que não eram integrantes das equipes e defendidas em programas de pós-graduação da área de ciências humanas. Dessa forma, ainda que a maioria das pesquisas seja realizada na área de ciências humanas, normalmente elas estão vinculadas com espaços nos quais existam serviços de saúde voltados à população trans.

Na área de Saúde Coletiva, também existem apenas dois grupos: 1) (co)Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão Transdisciplinares em Integralidade do cuidado em saúde e nutrição, gêneros e sexualidade – LABTRANS/BA - Líder: Fran Demétrio; 2) NEGRAS - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça e Saúde/BA - Líder: Liliane de Jesus Bittencourt.

A área da Enfermagem apresenta apenas um grupo: Grupo de Pesquisas Saúde Mental, Políticas Públicas de Saúde e Transgeneridades/BA - Líder: Helena Moraes Cortes; assim como na Farmácia: Núcleo de Estudos em Farmácia Social - NEFarmS/PE - Líder: Deuzilane Muniz Nunes.

Uma vez que a linha de cuidado da atenção à saúde dos transexuais inicia-se com pesquisa e questionamentos quanto à integralidade do cuidado em saúde, acesso às consultas e exames especializados, hormonioterapia, cirurgias, próteses e atendimento de urgência, um estudo nessa área, realizado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre/RS, concluiu que esses procedimentos especializados proporcionam uma melhora significativa em cerca de 1 ano após a cirurgia de readequação de sexo, por exemplo, na capacidade de desenvolver relacionamentos, maior aceitação profissional e, por esse motivo, maior sensação de fazer parte de uma sociedade (SILVA et al., 2016).

Esses processos são necessários para assim refletir na atenção básica, que é responsável pela coordenação do cuidado e por realizar a atenção contínua da população, além de ser a porta de entrada prioritária do usuário na rede, na qual uma vez negada ou negligenciada acarreta no não acompanhamento do paciente nessa rede básica e perde-se o vínculo com o sujeito nas demais unidades de saúde.

Assim, os profissionais de saúde desse nível de atenção devem estar preparados para acolher os transexuais com humanização e respeito ao uso do nome social e, quando necessário, referenciá-los para a atenção especializada que, por sua vez, é

composta por unidades ambulatoriais e hospitalares, que ofertam serviços de apoio (BRASIL, 2019).

Todavia, três desses grupos estão concentrados em apenas uma Instituição: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e os demais grupos em apenas 1 por região: i. Sul (UFRGS); ii. Sudeste (USP); iii. Norte: (UFPA); os quais representam um número ínfimo da totalidade da população trans e de suas necessidades em pesquisa na área da saúde.

Analisados os dados sobre os grupos de pesquisa, passou-se a analisar a produção dos líderes de cada um dos grupos de pesquisa, por meio da busca pelos descritores da pesquisa em seus Currículos Lattes, chegando ao seguinte *ranking*:

**Tabela 2:** Número de produções dos líderes com a temática trans

Posição	Universidade	Grupo	Líder	Área Geral	Área Específica	Menções em Produções Científicas
1 <sup>a</sup>	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Transgressões- Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias contemporâneas	Larissa Maués Pelúcio Silva	Ciências Humanas	Antropologia	156 (sendo 38 artigos)
2 <sup>a</sup>	Universidade Estadual de Maringá	Dos aspectos controvertidos da bioética no direito	Valéria Silva Galdino Cardin	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	48 (sendo 15 artigos)
3 <sup>a</sup>	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	(co)Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão Transdisciplinar es em Integralidade do cuidado em saúde e nutrição, gêneros e sexualidade - LABTRANS	Fran Demétrio	Ciências da Saúde	Saúde Coletiva	48 (sendo 1 artigo)

4 <sup>a</sup>	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	LabQueer - Laboratório de estudos das relações de gênero, masculinidades e transgêneros	Fábio Henrique Lopes	Ciências Humanas	História	45 (sendo 7 artigos)
5 <sup>a</sup>	Universidade de São Paulo	Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde	Manoel Antônio dos Santos	Ciências Humanas	Psicologia	22 (sendo 6 artigos)
6 <sup>a</sup>	Universidade Federal da Bahia	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS)	Leandro Colling	Ciências Humanas	Sociologia	16 (sendo 4 artigos)
7 <sup>a</sup>	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Estudos da Homocultura	Luma Nogueira de Andrade	Ciências Humanas	Antropologia	16 (sendo 3 artigos)
8 <sup>o</sup>	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	GEPALC - Gênero e Poder na América Latina e Caribe	Marcos de Jesus Oliveira	Ciências Humanas	Sociologia	15 (sendo 1 artigo)
9 <sup>a</sup>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Endocrinologia Molecular /Unid Endócrino/Ginecológica do HCPA	Poli Mara Spritzer	Ciências da Saúde	Medicina	12 (sendo 5 artigos)

10ª	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Grupo de Apoio Estatístico	Luciane de Souza Velasque	Ciências Exatas e da Terra	Probabilidade e Estatística	9 (sendo 2 artigos)
-----	--	----------------------------	---------------------------	----------------------------	-----------------------------	---------------------

Fonte: Elaborada pelos/a autores/a.

Desse conjunto de dados, apresentam-se destaques de alguns aspectos. De modo geral, as análises demonstram que os líderes dos grupos sobre questões que envolvem a transgeneridade têm uma grande incidência de pesquisas sobre a temática.

Da análise da produção científica dos grupos de pesquisa, destacou-se a Professora Larissa Maués Pelúcio Silva, do grupo Transgressões - Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias contemporâneas, com 156 menções relacionadas com questões trans em seu Currículo Lattes, sendo 38 artigos publicados em periódicos. Na sequência, três líderes possuem uma média de 47 menções sobre a temática em seus Currículos Lattes e, mais adiante, estão os próximos 6 grupos com uma média de 15 citações sobre transgeneridade.

A maior parte dos artigos publicados nas questões trans refere-se com às áreas das ciências humanas, das quais dizem respeito aos cursos de: antropologia (38), direito (15), história (7). Dentre os temas que estão sendo discutidos, está a trajetória de vida destes indivíduos, considerando que parte deles é vítima de preconceito e violência física e psicológica, resultando na exclusão e afastamento destes indivíduos dos espaços sociais, sobretudo da escola e da universidade.

Entretanto, da análise dos currículos, pode-se perceber que 04 currículos verificados não apresentaram nenhum estudo com a temática. Nesse sentido, é importante destacar que, mesmo esses grupos sendo encontrados, ao utilizarmos os descritores relacionados aos estudos trans, quando olhamos para as produções na plataforma Lattes dos líderes dos grupos, não encontramos pesquisas sobre a temática, como apresenta a tabela a seguir:

**Tabela 3:** Número de produções dos líderes com a temática trans

Universidade	Grupo	Líder	Área Geral	Área Específica	Menções
--------------	-------	-------	------------	-----------------	---------

Universidade Estadual do Piauí	Núcleo Permanente Interdisciplinar em Direitos Humanos	Esther Maria de Sa Castelo Branco	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	0
Universidade do Estado de Mato Grosso	SOU - Sociedade, Universidade e Cultura	Edna Luzia Almeida Sampaio	Ciências Humanas	Educação	0
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Teorias Críticas dos Direitos Humanos	Vanessa Oliveira Batista Berner	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	0
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	NEGRAS - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça e Saúde	Liliane de Jesus Bittencourt	Ciências da Saúde	Saúde Coletiva	0

Fonte: Elaborada pelos/a autores/a.

É importante ressaltar que as buscas dos descritores foram feitas nos títulos disponíveis no Lattes de cada líder, não sendo verificado, necessariamente, o conteúdo de cada pesquisa disponibilizada no currículo. Todavia, a pesquisa possibilitou a compreensão de um mapeamento da produção científica sobre transgeneridade no Brasil por parte dos Grupos de Pesquisa.

## 5. Conclusão

Este estudo possibilitou perceber que a pesquisa relacionada à temática da transgeneridade, a partir dos grupos de pesquisas inscritos na plataforma do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, vem tomando espaço nas universidades brasileiras. Entende-se que este estudo pode contribuir para dar maior visibilidade à produção de pesquisas em torno do tema da transgeneridade, também possibilita conhecer a distribuição espacial dos grupos de pesquisa que trabalham com a temática, de acordo com as diferentes regiões do Brasil.

De acordo com os dados obtidos por meio da pesquisa, foram identificados 29 grupos, distribuídos por 22 instituições em todas as regiões do país, sendo 21 públicas e 01 particular. Concluiu-se, portanto, que a maioria dos grupos de pesquisa pertence a instituições públicas e que a prevalência destes grupos está nas áreas das humanas (62%) e áreas da saúde (21%). Dessa forma, percebe-se que a maior concentração dos grupos realiza pesquisas voltadas a aspectos relacionados a direitos humanos, sociais e questões educacionais, sendo que os grupos de pesquisa que estudam questões trans estão em pequenos números na área da saúde.

Com relação às pesquisas na área das ciências humanas, verificou-se que, normalmente, elas estão vinculadas com espaços nos quais existam serviços de saúde voltados à população trans. Estas pesquisas produzidas no campo das ciências humanas acabam por atuar, em alguma medida, sobre as práticas médicas, sendo que as preocupações sobre um cuidado em saúde ampliam-se para as questões que envolvem a autonomia do sujeito e a integralidade do cuidado.

Ademais, como se pôde observar, os grupos voltados à discussão da saúde da população trans, normalmente estão vinculados à Hospitais Universitários habilitados a realizar atendimento especializados à população trans. Assim, percebe-se a necessidade de maiores investimentos e incentivos à criação de ambulatórios voltados ao processo transexualizador, para que os grupos de pesquisa possam realizar estudos direcionados a essa população. Tendo em vista a grande demanda da população trans pelo atendimento médico e ambulatorial, não se justifica o pequeno número de grupos de pesquisa na área da saúde que estudam o tema da transgeneridade. Dessa forma, torna-se imprescindível a ampliação das pesquisas nessas áreas do conhecimento, considerando que são espaços onde as pessoas buscam ajuda e acolhimento.

Como destaque, observou-se que a maioria dos grupos de pesquisa encontrados tem, de fato, produções científicas que debatem e problematizam a transgeneridade. Dessa forma, entende-se que a existência de trabalhos científicos que coloquem essa temática como centrais são fundamentais para dar visibilidade às expressões trans e possibilitar que não sejam vidas tão ocultas e marginalizadas. Por fim, é importante ressaltar que outros estudos se dediquem as temáticas trans para a pesquisa, e, ainda mais essencial, que os sujeitos transgêneros ocupem o espaço da ciência, o espaço das universidades.

## Referências



APUFPR. *Só instituições públicas fazem pesquisa no Brasil, afirma organização*. Disponível em: <https://apufpr.org.br/so-instituicoes-publicas-fazem-pesquisa-no-brasil-afirma-organizacao>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2018.

AMARAL, Marília dos Santos et al. “Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 301-311, Aug. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 de fevereiro de 2018.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Rev. Estud. Fem.*, Ago 2011, vol. 19, n. 2, p. 549-559. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2019.

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. *Revista Florestan*, n. 2, p. 46-66, 2014a. Disponível em: [http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf\\_25](http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf_25). Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea*, v. 4, n. 1 p. 165-182, 2014b.

BRASIL. *Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil*. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/como-os-dados-sao-obtidos>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Senado Federal. *Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Atenção Especializada e Hospitalar: Processo Transexualizador no SUS*. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processo-transexualizador-no-sus/acesso-e-regulacao>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

BRASIL. *Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013*. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html). Acesso em: 20 de maio de 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

COSTA, Angelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano Nardi; KOLLER, Silvia Helena. Manutenção de Desigualdades na Avaliação do Gênero na Psicologia Brasileira. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 25, n. 1, p. 97-115, mar. 2017. Disponível em

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2017000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 de maio de 2019.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1. A vontade de saber. 4ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra, 2017.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 23, n. 2, mai./ago. 2016. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/5349>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

HATJE, Luis Felipe. *Trans (formar) o nome: a constituição dos sujeitos transgêneros a partir do nome*. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.) *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARTINS, Lígia Márcia. Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade. Disponível em: [http://pos.estacio.webaula.com.br/Cursos/POS452/docs/Ensino\\_pesquisa\\_extensao.pdf](http://pos.estacio.webaula.com.br/Cursos/POS452/docs/Ensino_pesquisa_extensao.pdf). Acesso em: 09 de agosto de 2019.

MELLO, Luiz. Editorial. *Bagoas: revista de estudos gays / Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.* - V. 1, n. 1 jul./dez. 2007. Natal: EDUFRRN, 2007.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro; BARBOSA, Regina Maria. Saúde e direitos da população trans. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2019000400201&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000400201&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 09 de agosto de 2019.

OLIVEIRA, Eliana de. et al. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 4, n.9, p.11-27, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6479/6383>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

PAMPLONA, Renata Silva; DINIS, Nilson Fernandes. A transexualidade em questão: Problematizações nos contextos educacionais. *Itinerarius reflectionis* (online), v. 13, p. 1-24, 2017. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/48690/23919>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

RAIMONDI, Gustavo Antonio et al. O que importa? As Pesquisas Brasileiras no Campo da Saúde e as (In)visibilidades das Travestis e Transexuais. *Sau. & Transf. Soc.*, ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.7, n.3, p.133-146, 2016. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4197/4654>. Acesso em: 03 de junho de 2019.

RAIMONDI, Gustavo Antonio et al. *Corpos (Não) Controlados: Efeitos dos Discursos sobre Sexualidades em uma Escola Médica Brasileira*. *Rev. bras. educ. med.* Brasília, v. 43, n. 3, p. 16-26, July 2019. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-55022019000300016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022019000300016&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 02 de junho de 2019.

SARTORIO, Lúcia Aparecida Valadares; SILVA, I. M. A relevância da pesquisa na formação do educando. *Cadernos Faculdades Integradas São Camilo*, v. 11, 2005, p. 25-34.

SAVIANI, D. Extensão universitária: uma abordagem não-extensionista. In: *Ensino público e algumas falas sobre Universidade*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

SILVA, Dhiordan Cardoso da. WHOQOL-100 Before and After Sex Reassignment Surgery in Brazilian Male-to-Female Transsexual Individuals. *The Journal of Sexual Medicine*, 2006. Disponível em: [https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095\(16\)30085-6/fulltext](https://www.jsm.jsexmed.org/article/S1743-6095(16)30085-6/fulltext). Acesso em: 20 de maio de 2019.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; MAIO, Eliane Rose. Sobre Vulnerabilidade Escolar de Estudantes Trans. *Rev. Diversidade e Educação*, v. 5, n. 1, p. 24-31, jan./jun. 2017.

SOUSA, Diogo; IRIART, Jorge. “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 10, 2018. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2018001005007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018001005007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 20 de maio de 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania*. *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, v. 6, n. 10, p. 117-24, fev 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v6n10/15.pdf>. Acesso em: 25 de janeiro de 2019.

UFFES. *Grupos de Pesquisa CNPq*. Disponível em: <http://www.prppg.ufes.br/grupos-de-pesquisa-cnpqfes>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

WHO. *International Classification of Diseases*. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/international-classification-of-diseases>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.

Recebido em maio de 2019.

Aprovado em agosto de 2019.